PROCESSO CEE: 746/81 - Proc-DREM- n. 8813/80

INTERESSADO : SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAÍ
E A USINA MARACAÍ S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL.

ASSUNTO : CONVÊNIO P/ MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE 2º
GRAU-TÉCNICO EM AÇÚCAR E ÁLCOOL, DA EEPG "JOSÉ GONÇALVES
DE MENDONÇA"

RELATOR : CONSº EURÍPEDES MALAVOLTA

PARECER CEE : 0827/81 - C.Pl. - APROVADO EM 27/5/81.

I - R E L A T Ó R I O

1. HISTÓRICO

Tratam os autos da minuta de Convento a ser celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação, a Prefeitura Municipal de Maracaí e a Usina Maracaí S/A, objetivando a manutenção da Habilitação profissional de 2º grau - Técnico: em Açúcar e Álcool, junto à EEPG "José Gonçalves de Mendonça" em Maracaí.

2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1. Estão anexados os termos do Convênio.

2.2. A iniciativa merece apoio pelo seu alcance: basta lembrar que cada destilaria prevista no Pró-Alcool, obedecendo ao módulo de 120.000 litros diários de álcool, necessita de 12 (doze) técnicos de nível médio.

II - C O N C L U S ã O

Favorável à celebração do Convênio entre a Secretaria de Estado da Educação, a Prefeitura Municipal de Maracaí e a Usina Maracaí S/A objetivando a manutenção da Habilitação profissionalizante de 2º grau - Técnico em açúcar e álcool junto à EEPG "José Gonçalves de Mendonça" em Maracaí.

São Paulo, 7 de maio de 1981.

CONSº EURÍPEDES MALAVOLTA
RELATOR

III- DECISÃO DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO adota como seu Parecer o VOTO do nobre Conselheiro Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Eurípedes Malavolta, João Baptista Salles 4a Silva e Maria Aparecida T. Garcia.

Sala das Comissões em 13 de maio de 1981

a) Consº _____

Eurípedes Malavolta
PRESIDENTE

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Planejamento, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 27 de maio de 1981

a) Conss MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSESSORIA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE EDUCACIONAL

MINUTA

Termo de Convênio que entre si fazem o Governo do Estado da São Paulo, pela tua Secretaria de Estado da Educação, a USINA MARACAÍ S/A - Açúcar e Álcool e a Prefeitura Municipal de Maracaí, objetivando a manutenção da habilitação profissional de 2º grau Técnico em Açúcar e Álcool. Junto à E.E.P.S.G. "José Gonçalves de Mendonça", em Maracaí (proc. nº 8813/80 - D REM).

A Secretaria de Estado da Educação, a Usina Maracaí S/A- Açúcar- a Álcool a a Prefeitura Municipal de Maracaí, representados respectivamente pelo Exmo. Senhor Doutor Luiz Ferreira Martins. Titular da Pasta, devidamente autorizado pelo Governador do Estado - de São Paulo, por despacho exarado no processo nº 8813/80 - DREM. pelo Senhor Antônio Silverio Diretor da Usina Maracaí S/A"- Açúcar a Álcool, conforma documento anexo ao referido processo, a o Senhor Elifaz Demane, Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela lei municipal nº de , visando a conjugação de esforços e recursos materiais e humanas, para melhor atendimento aos objetivos da educação conforma a Lei Federal nº 5692/71, de conformidade (com as conformidade) com as condições a as seguintes cláusulas, firmam o presente Convênio:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O Presente Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação. Usina Maracaí S/A - Açúcar a Álcool e a Prefeitura Municipal de Maracaí, visa o funcionamento e manutenção da habilitação profissional da 2º grau - Técnico em Açúcar e Álcool, Junto a Escola do 1º e 2º grau "José Gonçalves de Mendonça" de Maracaí -

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSESSORIA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE EDUCACIONAL

Em regime de cooperação, na forma das condições estabelecidas nas cláusulas deste Convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA

A Usina Maracaí S/A - Açúcar e Álcool, da Maracaí, compromete-se a permitir o uso das instalações, dos equipamentos agro-Industriais-açucareiros, mínimos e necessários, em sua propriedade, para as aulas práticas e estágios dos alunos da habilitação profissional de 2º grau - Técnico em Açúcar a Álcool.

Parágrafo Único:- O uso das instalações a dos equipamentos necessários para a execução das aulas práticas deverá obedecer a um planejamento pra-eleborada de comum acordo entre a Escola e a Empresa.

CLÁUSULA TERCEIRA

A permissão do uso das instalações, dos materiais e equipamentos agro-Industriais a açucareiro da Usina Maracaí S/A - Açúcar e Álcool, de Maracaí, será por tempo indeterminado, prevalecendo enquanto durar o Convênio a suas eventuais renovações, sempre a título gratuito.

Parágrafo Único:- Fica ressalvado que:

a)- Nas aulas práticas e estágios realizados, os alunos devidamente acompanhados por funcionário da Usina, previamente designado, deverão observar as normas gerais da segurança a higiene do trabalho, o regimento interno da Empresa, respeitando o seu patrimônio:

b)- A Empresa caberá determinar o local e o horário para as aulas práticas a serem ministradas em suas dependências.

c)-Caberá à Direção da Escola as providências necessárias para que os alunos possam cumprir as aulas práticas, inclusive, em se tratando de menores, obter as autorizações de seus pais ou responsáveis assim como do Juizado de menores se for o caso:

d)- Quo as aulas práticas e demais atividades escolares quando realizadas no Empmaa sorno consideradas como extensão do

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSESSORIA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE EDUCACIONAL

Curso, não haverá qualquer vínculo trabalhista entre a Usina e os alunos, docentes e pessoal Técnico-administrativo da escola.

CLÁUSULA QUARTA

A Prefeitura Municipal de Maracaí, como colaboração, será a responsável pelo transporte dos alunos e docentes da habilitação profissional de 2º grau - Técnico em Açúcar e Alcool, no percurso Escola a Usina e Usina à Escola, em qualquer horário que seja considerado necessário, comprometendo-se também a prestar assistência durante o funcionamento da referida habilitação, nos aspectos ligados ao processo educativo.

CLÁUSULA QUINTA

Compete à Secretaria de Estado da Educação a manutenção e funcionamento regular da habilitação profissional de 2º grau Técnico - em Açúcar e Alcool de que trata o presente Acordo.

CLÁUSULA SEXTA

Cabe a Delegacia de Ensino a qual a E.E.P.S.G. "José Gonçalves de Mendonça" se encontra subordinada, o trabalho de orientação, assistência e fiscalização do curso de que trata o presente Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA

Quando o número de candidatos for superior à capacidade de atendimento da matrícula inicial do curso objetivo deste instrumento, ora fixado em 35 (trinta e cinco), haverá obrigatoriamente uma prova de seleção interna organizada pela Direção da Escola.

CLÁUSULA DITAVA

Para a execução deste Convênio, será constituído por um Conselho Coordenador com a competência e atribuição, especificação neste documento.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSESSORIA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE EDUCACIONAL

CLÁUSULA NONA

O Conselho Coordenador será assim constituído:

I - pelo Diretor da escola

por dois representantes da Secretaria de Estado da escola,
II - por dois representantes da Secretaria de Estado da Educação, indicados pelo CEI

Maracaí: III - por um representante da Prefeitura Municipal de

IV - por dois representantes indicados pela Usina Maracaí S/A-Açúcar e Alcool, dentre Diretores, Técnicos de nível de gerência ou especialistas ligados diretamente ao setor agro-industrial açucareiro.

§ 1º - O Conselho Coordenador será designado por ato do Senhor Secretário da Educação, dentro de 30 (trinta) dias a partir da assinatura deste convênio, sem ônus para o Estado, sendo os serviços prestados considerados como relevantes.

§ 2º - Para que a habilitação possa atingir o objetivo visado pelo Convênio, a direção do estabelecimento deverá:

a) - Contribuir e colaborar para que todos os itens da cláusula Décima sejam atingidos, facilitando sobremaneira todas as atividades do Conselho Coordenador, bem como, zelar pelo alto nível do corpo docente.

b) - Prestar esclarecimentos e informações a Empresa, a Prefeitura e ao Conselho Coordenador, sempre que solicitado, com referência a todas as atividades do curso objeto do presente Convênio

CLÁUSULA DÉCIMA

São atribuições do Conselho Coordenador:

I - Acompanhar o desenvolvimento da habilitação profissional de 2º grau Técnico em Açúcar e Alcool, prestando-lhe todo o apoio necessário;

II - promover a colaboração das empresas com relação a estágios e visitas;

III - estimular as empresas a fornecerem emprego aos diplomados pelo curso;

IV - promover nas empresas a valorização da formação profissional, dando preferência aos diplomados pelo curso, para acesso a promoção;

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ASSESSORIA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE EDUCACIONAL

V - sugerir medidas da avaliação do rendimento do curso ministrado pela escola e promover o levantamento de informações sobre o desempenho e a situação profissional dos ex-alunos diplomados:

VI - promover palestras e conferências de Técnicos e Especialistas, destinados aos alunos e docentes do curso;

VII - cooperar no melhoramento da Biblioteca especializada, através de livros, periódicos, obras técnicas e filmes;

VIII - incentivar as empresas do ramo no fornecimento de projetos que interessem à aprendizagem e possam ser executados no curso, em situação real de trabalho, proporcionando os materiais requeridos e demais informações técnicas, sem prejuízo do ensino regular:

IX - obter a doação de máquinas, ferramentas, equipamento técnico, protótipos, modelos e materiais que sejam de interesse para o ensino ou solicitados pelos programas em execução;

X - obter doação de recursos financeiros para maior eficiência do curso;

XI - sugerir medidas que possam aumentar a eficiência da habilitação, fazer sua promoção e ampliar seu prestígio junto aos setores econômicos da comunidade e área de atuação;

XII - Em conjunto com os docentes do mínimo profissionalizante do curso, organizar e rever programas das matérias, e disciplinas de formação especial, com a determinação dos conhecimentos técnicos e práticos, que devem constituir seu conteúdo específico;

XIII - sugerir e atender as solicitações dos órgãos próprios da escola, no que diz respeito à aprendizagem, avaliação de rendimento escolar, calendário escolar e outras situações que envolvem os alunos:

XIV - cooperar com 09 docentes do curso no sentido de proporcionar condições favoráveis de aprendizagem;

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ASSESSORIA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE EDUCACIONAL

XV - Atender a todas as solicitações dos órgãos pedagógicos e administrativa da escola, bem como de Orientação Educacional, oferecendo sua permanente colaboração;

XVI - opinar quanto à aquisição, doação e recebimento de material e equipamento para o curso, no que se refere às especificações técnicas;

XVII - reunir-se obrigatoriamente uma vez por semestre e extraordinariamente sempre que necessário.

§ 1º - O Conselho Coordenador terá Diretoria composta de Presidente, vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro.

§ 2º - Haverá um regimento próprio para o Conselho Coordenador, onde serão fixadas as atribuições de seus membros e da Diretoria.

XVIII - apresenta relatório anual à secretaria da Educação, através da CEI, referente ao desenvolvimento do curso, em seus aspectos pedagógicos e administrativos, bem como com relação ao seu entrosamento com a escola.;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Cabe à Diretoria da Associação de Pais e Mestres - A.P.M. - da E.E.P.S.G. "José Gonçalves de Mendonça", o recebimento das doações e recursos eventualmente destinados pelas empresas públicas ou privadas, especificamente para o curso objeto deste Convênio, bem como a sua aplicação e prestação de contas a quem de direito nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente Convênio vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos a partir da data da sua assinatura e publicação no Diário Oficial do Estado, podendo, entretanto, ser renovado o critério dos partícipes interessados o denunciado por qualquer, convenientes com ante-

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSESSORIA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE EDUCACIONAL

cadência mínima da 12(doze) meses, garantindo-se aos alunos matriculados a continuidade de seus estudos até a conclusão do respectivo curso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

As dúvidas que surgiram na execução do presente Convênio e ps casos omissos poderão ser resolvidos de comum acordo entre as partes signatárias e na hipótese de não serem dirimidas, fica eleito o Foco da Capital do Estado de São Paulo, para solução de qualquer questão oriunda deste ajuste.

E por estarem concordes, lavra-se este Convênio que vai assinado pelos partícipes, em 03 (três) vias de igual teor e pelas testemunhas, depois de lido e achado conforma.

São Paulo, 29 de Dezembro de 1980

Luiz Ferreira Martins
Secretário da Educação

Diretor da Usina Maracaí S/A -
Açúcar e Alcool

Elifaz Dename
Prefeito Municipal da Maracaí